



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

11 Quadro Resumo do Cumprimento de Limites

RESULTADO FINANCEIRO E FISCAL		
Itens	Valor (em Reais)	Observações
Superávit Financeiro	1.290.212.421,12	
Resultado Primário	777.413.148,91	Meta prevista na LDO era R\$ 10.586.300,00
Resultado Nominal (aumento da Dívida Fiscal Líquida)	-1.676.308.720,67	Meta prevista na LDO era R\$ 998.042.000,00
Receita Corrente Líquida	20.853.041.088,71	

LIMITES: LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO E CONSTITUCIONAIS				
Itens	Valor	% comprometimento 3º quad/2016	Limites LRF	
Despesa com Pessoal (DP):	(em Reais)	% DP/RCL	Geral	Prudencial
Despesas com Pessoal Total:	11.500.468.606,31	55,15%	60,00%	57,00%
Poder Legislativo	539.271.906,37	2,58%	3,00%	2,85%
Assembleia Legislativa	265.880.085,05	1,27%	1,44%	1,37%
Tribunal de Contas	273.391.821,32	1,31%	1,56%	1,48%
Tribunal de Justiça	1.096.114.260,69	5,26%	6,00%	5,70%
Ministério Público	320.759.325,82	1,54%	2,00%	1,90%
Poder Executivo	9.544.323.113,43	45,77%	49,00%	46,55%
Dívida:	(em Reais)	% Dívida/RCL	Limites LRF/Resol. Senado nº 43/2001	
Dívida Consolidada Líquida	12.654.082.892,84	60,68%	200 % da RCL	
Operações de Crédito	314.433.290,19	1,51%	16 % da RCL	
Garantias	746.036,58	0,004%	22 % da RCL	
Antecipação de Receita Orçamentária – ARO	Não houve		7% da RCL	
Educação e Saúde: ⁽¹⁾	(em Reais) ⁽¹⁾	% aplicado ⁽¹⁾	Limites Constitucionais	
Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	4.786.423.667,59	26,59%	25%	
FUNDEB (aplicação)	2.021.471.385,97		-	
Remuneração de Magistério ⁽²⁾	1.689.102.821,11	80,62%	60%	
Saúde (Ações e Serviços Públicos)	2.700.611.218,85	15,00%	12%	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
Publicação (LRF, artigo 55, § 2º)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Consolidado (do Estado) ⁽³⁾	28/05/16	30/09/16	23/01/17			
Poder Executivo	28/05/16	30/09/16	28/01/17			
Assembléia Legislativa	26/05/16	28/09/16	28/01/17			
Tribunal de Contas	27/05/16	28/09/16	27/01/17			
Tribunal de Justiça	24/05/16	28/09/16	27/01/17			
Ministério Público	28/05/16	27/09/16	27/01/17			
Envio ao TCE-PE - Homologação no SICONFI (Res. TC nº 20/2015, artigo 10, § 1º) ⁽⁴⁾	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Poder Executivo	30/05/16	29/09/16	31/01/17			
Assembléia Legislativa	25/05/16	27/09/16	27/01/17			
Tribunal de Contas	27/05/16	29/09/16	30/01/17			
Tribunal de Justiça	30/05/16	23/09/16	26/01/17			
Ministério Público	31/05/16	28/09/16	26/01/17			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Publicação (LRF, art 52)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
	30/03/16 ⁽⁵⁾	28/05/16	30/07/16	30/09/16	30/11/16	28/01/17
Envio ao TCE-PE - Homologação no SICONFI (Res. TC nº 20/2015, artigo 10, § 1º) ⁽⁴⁾	30/03/16	30/05/16	29/07/16	29/09/16	29/11/16	31/01/17 ⁽⁶⁾

Notas:

1 – Os valores e percentuais apresentados nesta tabela são provenientes dos capítulos de saúde e educação. Os percentuais são calculados sobre a receita de impostos e transferências constitucionais do estado. Os valores e percentuais creditados pela equipe de auditoria podem ainda ser modificados quando da emissão do parecer prévio em decorrência das contra razões apresentadas na defesa que venham a ser acatadas por este Tribunal de Contas;

2 – O percentual aí veiculado é o obtido entre o valor contabilizado como “Pessoal e Encargos” sobre o valor anual total recebido pelo Fundo em 2016 (R\$ 2.095.144.907,50);

3 – O Poder Executivo tem como prazo para publicação do Relatório de Gestão Consolidado até 30 dias após a divulgação do relatório do último quadrimestre do exercício, conforme determinado pela Portaria STN nº 553/2014, que aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF;

4 - O art. 10, § 1º, da Resolução TCE/PE 20/2015, estabelece a obrigatoriedade de envio dos RGF e RREO a este Tribunal de Contas, em meio magnético, por meio do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, da Secretaria do Tesouro Nacional. Considera-se a data de Homologação. Os demonstrativos referentes ao das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde, serão considerados como entregues a TCE-PE quando seus dados estiverem disponíveis, respectivamente, no SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, operacionalizado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, operacionalizado pelo Ministério da Saúde;

5 – Os Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção e da Execução das Despesas por Função/Subfunção – Intraorçamentário do 1º bimestre de 2016 foram publicados em 31/03/2016, fora do prazo estabelecido (30/03/2016);

6 – Os Demonstrativos que compõem o RREO do 6º bimestre foram homologados em 31/01/2017, fora do prazo estabelecido pela Resolução TCE/PE 20/2015 (30/01/2017).